

## Urbanização e Normatização nas cidades Paranaenses no século XIX

Janaina de Paula do Espírito Santo

Em seu livro, Magnus Roberto Pereira, busca, traçar um perfil do Paraná, no período de 1829 a 1889, através da legislação municipal de suas principais cidades.

O autor procura, por meio desses documentos, atingir as preocupações locais com relação a quatro temáticas distintas: A questão da indústria e do comércio, a padronização das habitações citadinas, dos escravos e população pobre, e do divertimento, ou seja, os “fandangos e batuques”, festas populares e jogos.

Levanta a discussão que, apesar de um certo consenso historiográfico, sobre uma falta de autonomia dos municípios em relação ao estado português, as legislações municipais permitem uma particularização das posturas, abordando aspectos que não estão presentes nessa legislação.

O próprio autor aponta dificuldades e discussões presentes nessa abordagem, e propõe uma reflexão que encara a lei como um “direito enquanto ideologia” um indicativo do enfrentamento de indivíduos e grupos sociais diferentes.

O período estudado (séc. XIX) é um momento que marca transformações intensas no Paraná. Essas mudanças se dão especialmente em torno da indústria do mate, que é o que acaba diferenciado o processo desenvolvimentista paranaense das demais regiões do país.

No período compreendido pela obra, acontece o surgimento e consolidação dos processos de industrialização e conseqüente urbanização da região, que paralelamente ao declínio econômico e à desagregação na região dos Campos Gerais, iriam modificar a sociedade paranaense.

A própria exploração do mate está fundamentada em visões paradoxais: de um lado, para o estado, tal comércio era uma oportunidade de se aumentarem os impostos e de inserção da região (vista como pouco atrativa numa economia voltada à exploração) nas divisas brasileiras. Para o comerciante e o trabalhador, tal atividade era vista como uma forma fácil de sustento, ou oportunidade de riqueza. Para os latifundiários, a economia do mate era vista como negativa, pelo seu efeito desagregador na agricultura de subsistência. (e na sua lógica de mercado).

Essas forças antagônicas que marcam o período vão estar presentes nos aspectos mais singulares da legislação municipal. Embora o embate seja representativo de enunciados sociais amplos são as questões práticas, ou imediatas que vão suscitar discussões e posicionamentos da câmara, e é através delas, que mudanças amplas vão tomando forma.

Ainda que essas mudanças não estejam predefinidas, ou seja, não partam de discussões pré-elaboradas, fazem parte de um intrincado processo, em que entram em choque, duas concepções diferentes, e acabam por reforçar a nuance burguesa da sociedade. As câmaras vão ser o palco de enfrentamento das diferentes concepções, da burguesia do mate, e dos latifundiários.

A indústria do mate, pode ser encarada como um elemento desestabilizador da sociedade no momento, pois, apesar de não se caracterizar em fenômeno sui generis, estando inserida em todo um contexto mundial, é um elemento diferente no Brasil, de um modo geral. As leis que se ocupam desse tema, procuram, ao mesmo tempo, normatizar o comércio e conter os seus avanços, em uma tentativa de se manter o equilíbrio entre os dois grupos, de latifundiários e industriais.

Essa indústria, em um curto espaço de tempo consegue revolucionar a produção da erva mate, e com ela, toda uma sociedade.

A nova realidade vai, entre outras coisas, diluir as diferenças entre o branco pobre e o escravo, o que faz com que os legisladores se voltem também a essa questão, procurando normatizar as relações escravistas. O estado tinha um importante papel de mediador entre escravos e senhores, e as leis vão se tornando mais detalhadas, na medida em que frente à sociedade, o escravo se descaracteriza.

Isso ocorre por que, com a indústria, novas relações de produção vão se estabelecendo. Para os legisladores, a sociedade era composta por dois grandes blocos: o das classes pobres, que deviam ser controladas e moldadas em torno dos ideais (e interesses) das classes dominantes, das quais eles eram representantes diretos.

A preocupação com a inserção das classes pobres, ou com o termo usado pelo autor, morigeração tem dois aspectos: de um lado, os que buscavam uma transformação dessas classes e de outro, o da substituição, do mesmo grupo, pelos europeus, imigrantes.

Outra preocupação das câmaras era com a questão das cidades. A cidade era vista como um espaço da modernidade, uma negação do espaço rural. A cidade é, também, o espaço de consolidação das indústrias.

Em torno da sua organização, encontramos também divergências. De um modo geral, os padrões organizacionais das cidades paranaenses no período, são herdados do período colonial. A industrialização vai trazer para a cidade um novo grupo que se propõe a questionar esses valores. Um aspecto interessante, é que a cidade, no período colonial é marcada por uma coletivização das construções, em que padrões pré-definidos, e de certo modo, homogeneizadores, vão personificar o belo.

A burguesia nascente, - e também os padrões de construção de imigrantes europeus - vão trazer ao espaço da cidade, um novo paradigma: o da individualização: ou seja, o da procura por um espaço, urbano, sim, mais único, que marcasse a presença do morador. Dentro dessa discussão, em torno do belo, dos conceitos de engenharia, e das aspirações de um grupo social, é que vai se modificando a legislação que busca normatizar construções e moradias.

Um dos aspectos apontados pelo autor é a questão do verde. De início relacionada com o meio rural, a cidade seria um espaço “vetado” para árvores, e plantas. Esses conceitos vão se modificando, por um lado, com os valores defendidos por essa nova burguesia, que via o verde como importante para a higiene e embelezamento do espaço urbano, e por outro da própria presença imigrante, que conjugava, com a casa, hortas e pomares, indicativos de uma vida rural. Como o próprio autor sinaliza, esse é um processo que adentra o século XX, sendo o século XIX, especialmente o final, palco inicial dessas discussões.

Outro aspecto, muito presente nos ordenamentos da câmara, é a questão da diversão popular.

A população local vista sempre em tom depreciativo pela documentação, desde a época colonial, vão ser alvo do “braço normalizador” das câmaras locais, que vão estar preocupadas em abolir, ou inibir, os costumes desses grupos, classificados como “bárbaros”.

A ação desses vereadores vai estar pautada por forte rejeição à cultura popular, em seus diferentes aspectos. Aqui, os valores europeus eram encarados como indicativos de civilidade e progresso, características da cidade, e, portanto, símbolos perseguidos por esse grupo social.

Nas diferentes deliberações das câmaras abordadas no livro, percebe-se essa busca pela europeização dos costumes das classes populares, que tem, de certo modo, duplo sentido: de um lado, os ideais de civilidade, buscados no momento, e de outro a questão do controle, já que tavernas, fandangos, jogos populares, eram espaços da contravenção, de ordem fluída e contestada. Espaços, que, por esse motivo que desequilibravam a ordem perseguida pelo grupo de legisladores, vistos como representantes de um determinado grupo social.

O autor aponta, que, antes do fim do século XIX, essa normalização alcançada, no que diz efeito aos bailes, teria um resultado curioso: uma procura as origens, uma contestação da civilidade alcançada, frente à pureza (antes considerada obscena) de certos costumes rurais. Uma romantização do passado.

O autor apresenta uma abordagem interessante, na medida em que, através de particularidades cotidianas, procura reconstruir um pouco do Paraná nessa época, refletindo sobre todo o processo de modificações que envolvem a indústria do mate, nesse momento, em diferentes aspectos. Consegue, dessa forma, perceber o processo de modernização que permeia a formação dessas cidades, as diferentes relações de poder e aspirações, de grupos por vezes antagônicos.

Nessa busca por particularidades, o autor não se desliga do geral, inserindo, a formação da burguesia industrial paranaense, em um contexto amplo, que permeia toda a civilização ocidental.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Semeando Iras Rumo Ao Progresso. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 1996.